



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 31 IGG

Teresina (PI), 16 de JUNHO de 2015.

LIDO NO EXPEDIENTE

Excelentíssimo Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

Em, 17/06/2015

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que ***"Dispõe sobre a criação da Bolsa Preceptor e da Bolsa Residente no âmbito do Estado do Piauí, disciplina o exercício do preceptorado e dá outras providências"***.

Os programas de residência médica e de residência multiprofissional em saúde são modalidades de ensino de pós-graduação destinadas, respectivamente, a médicos e profissionais das áreas de saúde.

A residência é modalidade de pós-graduação caracterizada como treinamento em serviço, razão pela qual tais programas funcionam em instituições de saúde, sob a orientação de médicos e profissionais das diversas áreas de saúde de elevada qualificação ética e profissional.

Enquanto o residente participa de treinamento profissional em serviço, o preceptor ensina realizando procedimentos técnicos e moderando a discussão de casos de modo a fazer dessa prática um ambiente e um momento propícios para a formação do residente sob sua responsabilidade.

Nessa interação é que se configura o treinamento em serviço, no qual a atividade de ensino-aprendizagem depende de um forte componente prático através da observação e do exercício supervisionado, propiciando uma melhor compreensão das necessidades locais. Tanto residente como preceptor devem, no relacionamento diário com os pacientes, preocupar-se com a formação técnica e ética para atingirem a qualidade profissional em plenitude.

Há que se considerar que a prática da preceptoria já é realizada desde o início dos programas de residência e vem ganhando importância no ensino de pós-

16/06/15
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuella de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



**Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador**

graduação com a expansão dos cenários de ensino e aprendizagem para os serviços que constituem o Sistema Único de Saúde. Apesar disso, ainda não existe uma regulamentação que possa solidificar essa prática dentro do sistema, permanecendo fragilizada a relação entre instituição de ensino e profissionais da rede.

Na intenção de suprir tal lacuna normativa, o presente Projeto de Lei cria a bolsa preceptor para o programa de residência médica e residência multiprofissional em saúde, define critérios para a admissão de preceptores, fixa as condições em que serão desenvolvidas as funções de preceptorado e estabelece atribuições relativas ao seu exercício.

O Projeto cria também a bolsa a ser concedida ao médico residente, nos moldes e valores estabelecidos pelo Ministério da Educação, de maneira a atender as necessidades da residência médica no Estado do Piauí.

Nestes termos, o referido Projeto de Lei tem como objetivo contribuir para o processo de consolidação da prática da preceptoria, assim como regularizar o pagamento de profissionais que fazem residência ou que atuam como preceptores nos programas de residência por ele abrangidos.

Dessa forma, tendo em mente a relevância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação, inclusive buscando aperfeiçoá-la, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto à superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.



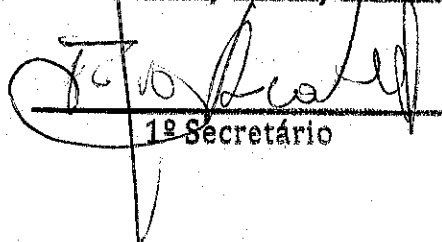
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí



PROJETO DE LEI Nº 19 , DE 16 DE JUNHO DE 2015

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 17/06/2015


1º Secretário

Dispõe sobre a criação da Bolsa Preceptor e da da Bolsa Residente no âmbito do Estado do Piauí, disciplina o exercício do preceptorado e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Bolsa Preceptor para atender às necessidades de funcionamento dos Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde no âmbito do Estado do Piauí com nomenclatura, quantitativo, referência, área de atuação e valor constantes do Anexo I que integra esta Lei.

§ 1º As bolsas serão concedidas para os Programas de Residência referidos no **caput** deste artigo que sejam devidamente autorizados pelos órgãos competentes.

§ 2º Os preceptores serão designados por ato do Secretário de Estado da Saúde mediante processo seletivo realizado pela Comissão de Residência Médica – COREME ou pela Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU), conforme a área de atuação.

§ 3º A Bolsa Preceptor a que se refere o **caput** deste artigo será concedida exclusivamente aos integrantes designados para atuar como preceptor, não se incorporando à remuneração ou proventos, não sendo computada para efeito de cálculo de vantagens pessoais, nem para incidência de contribuições previdenciárias.

§ 4º Cada Preceptor poderá exercer a função de preceptoria nos regimes de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) horas semanais, percebendo Bolsa Preceptor, por hora aula, de acordo com o regime adotado.

§ 5º O pagamento da Bolsa Preceptor fica condicionado à comprovação do efetivo exercício da preceptoria, junto ao Setor de Recursos Humanos da Unidade Pagadora.

§ 6º Para o cálculo mensal de horas de preceptoria serão computadas, a cada mês, 4,5 (quatro vírgula cinco) semanas de trabalho, de acordo com a jornada regular do Preceptor e a carga horária de preceptoria realizada.

Art. 2º Define-se como Preceptor o profissional qualificado em sua área de atuação que exerce, ao mesmo tempo, a função assistencial e de ensino, por meio do acompanhamento, durante o treinamento em serviço, e participação nas



**Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador**

atividades teóricas e de apoio à organização do Programa de Residência Médica e Multiprofissional.

Art. 3º. O Preceptor terá como atribuição orientar diretamente os residentes dos Programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional em Saúde.

§1º. O Preceptor terá também as seguintes atribuições em relação aos residentes a ele vinculados:

- I – acompanhar o desenvolvimento de competência;
- II – realizar as avaliações de desempenho;
- III - apurar a frequência;
- IV- responsabilizar-se pelas atividades de assistência prestadas em conjunto.

§2º. A preceptoria será exercida em conformidade com as normas da Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM, da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional - CNRMS, do Ministério da Educação - MEC e ainda, de acordo com regulamentação complementar específica a ser expedida pela Secretaria de Saúde - SESAPI, ouvidas as respectivas COREMEs e COREMUs.

Art. 4º São condições para o exercício da função de Preceptor na Residência Médica:

I - ser profissional médico da área pretendida para atuação nos Programas de Residência Médica;

II - apresentar Certificado de Conclusão de Residência Médica credenciado pelo MEC e/ou título de Especialista emitido por órgão legalmente reconhecido pela área em que pretende atuar e possuir competência e ética profissional;

III - apresentar Certidão Negativa atualizada, expedida pelo Conselho Regional de Medicina - CRM, comprovando a inexistência de processo disciplinar pendente ou imposição de pena disciplinar de qualquer natureza.

Art. 5º São condições para o exercício da função de Preceptor na Residência Multiprofissional de Saúde:

I - ser profissional de saúde da área pretendida para atuação nos Programas de Residência Multiprofissional de Saúde;

II - apresentar Certificado de Conclusão de Residência credenciado pelo MEC e/ou título de Especialista emitido por órgão legalmente reconhecido pela área em que pretende atuar e possuir competência e ética profissional;

III - apresentar Certidão Negativa atualizada, expedida pelo conselho regional da especialidade, comprovando a inexistência de processo disciplinar pendente e/ou a imposição de pena disciplinar de qualquer natureza.

Art. 6º O preceptor-supervisor é o responsável pela gestão, execução e atualização do projeto pedagógico do programa de residência, competindo-lhe fiscalizar o cumprimento das atividades desenvolvidas pelos preceptores e residentes.

Parágrafo único. O preceptor-supervisor em razão do desempenho das atividades listadas no **caput** terá majoração de sua bolsa-preceptor em 75% (setenta e cinco por cento).



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

Art. 7º O Preceptor será periodicamente avaliado e fiscalizado pelas COREMEs e pelos COREMUs, de acordo com critérios definidos por estes Conselhos, para julgamento de sua permanência.

Art. 8º Fica criada a Bolsa de Residência Médica, que será concedida durante o período de duração de cada residência, para atender às necessidades de funcionamento da Residência Médica no âmbito do Estado do Piauí com nomenclatura, quantitativo, referência, área de atuação e valor, constantes do Anexo II que integra esta Lei.

§ 1º A Bolsa de Residência a que se refere o **caput** deste artigo será concedida exclusivamente aos residentes admitidos mediante processo específico de seleção, não se incorporando à remuneração ou proventos, não sendo computada para efeito de cálculo de vantagens pessoais, nem para incidência de contribuições previdenciárias.

§ 2º O pagamento da Bolsa fica condicionado à comprovação do efetivo exercício da atividade junto ao Setor de Recursos Humanos da Unidade Pagadora.

§ 3º A bolsa de Residência médica será concedida nos moldes e valores estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de custeio da Fundação Universidade Estadual do Piauí.

Art. 10. O valor da hora/aula da Bolsa Preceptor corresponde ao valor da hora/aula definido para o Professor Especialista dos Cursos de Pós-Graduação da Fundação Universidade Estadual do Piauí.

Art. 11. O funcionamento dos programas de residência de que trata esta Lei, bem como a abertura de novos programas, condicionam-se a prévia autorização do Governador do Estado e à existência de planejamento administrativo-orçamentário.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PROJETO DE LEI Nº 19 , DE 16 DE JUNHO DE 2015

Anexo I a que se refere o art. 1º desta Lei.

NOMENCLATURA	QUANTITATIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Bolsa Preceptor (BP)	120	Programa de Residência Médica
Bolsa Preceptor (BP)	50	Programa de Residência Multiprofissional e em área de Saúde.

Anexo II a que se refere o art.8º desta Lei.

NOMENCLATURA	QUANTITATIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Bolsa Residência Médica	60	Programa de Residência Médica

4